

Comissão do Congresso

JORNAL DO BRASIL

aprova gastos oficiais

7. ABR 1990

BRASÍLIA — A ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, conseguiu a adesão da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional à sua tentativa de atingir este ano um superávit de 1,22% do PIB (Produto Interno Bruto). A revisão orçamentária para este segundo semestre, que limita os gastos do governo em Cr\$ 2,5 trilhões, foi aprovada praticamente sem alterações pela comissão e será votada em plenário na próxima semana. Mas, em plena campanha eleitoral, deputados e senadores impuseram ao governo um gasto extraordinário de Cr\$ 6 bilhões (menos de 0,4% do total) com a aprovação de 400 emendas, que determinam a construção de creches, estradas e hospitais para suas bases políticas. A bancada do Nordeste foi a mais beneficiada.

Em menos de uma hora, a comissão aprovou a revisão orçamentária, que demandou quatro meses de trabalho do governo. Só cinco senadores e 21 deputados estavam presentes (o quorum mínimo é de 12 senadores e 32 deputados). “Não podemos emperrar a máquina administrativa. Temos de fazer o possível”, ponderou o deputado Cid Carvalho (PMDB-CE), presidente da Comissão de Orçamento, justificando a ausência de parlamentares e a votação relâmpago. Para que a ausência dos parlamentares em campanha não atrapalhe a administração federal nos próximos meses, a Comissão delegou poderes ao Executivo até o final do ano, a pedido do próprio governo.

Assim, todo excesso de arrecadação será administrado pelo governo, até dezembro, sem qualquer votação do Congresso — tradicionalmente, o Legislativo tem de aprovar qualquer do-

tação extra de orçamento. Como o governo levou em conta uma estimativa de inflação zero para efeito de montagem dos orçamentos e a média dos últimos dois meses é 10%, é certo que haverá arrecadação extra. A Comissão também abriu mão de opinar sobre a destinação de receitas extraordinárias do Banco Central. Só a arrecadação fiscal será submetida ao Congresso. “É um cheque em branco”, admitiu Cid Carvalho.

Revisão — O deputado João Alves (PFL-BA), relator da revisão do orçamento, disse que o governo “apertou demais os gastos”, prevendo que uma nova revisão será necessária. O diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Figueiredo Guimarães, deve fazer a revisão em outubro, porque a estimativa de inflação zero não se concretizou, além da queda do PIB pelo efeito recessivo do Plano Collor. Essa segunda revisão será obrigatória, porque a delegação de poderes dada ao Executivo não inclui o orçamento fiscal.

Apesar de elogiar o presidente Collor pela tentativa de conter gastos públicos, Alves acolheu cerca de 400 das quase 1.700 emendas à revisão apresentadas pelos parlamentares. “O critério foi dar a quem tem mais fome”, disse o deputado, que cumprimentava representantes da Procuradoria Geral da República, da Fundação Getúlio Vargas e da Casa de Rui Barbosa, agraciados com verbas. Metade dos Cr\$ 6 bilhões destinados pelas emendas foram tirados dos Cr\$ 8,8 bilhões da reserva de contingência da Presidência da República — dinheiro usado para calamidades sociais. A outra metade não alterou o orçamento.